

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petroleiras se preparam para elevar exportação com pré-sal.....	2
Título: Venda direta a postos pode ter baixa adesão, diz ANP	4
Título: Ferbasa investe para verticalizar a operação até 2021	5
Título: Curtas	7
Título: CVM absolve ex-diretor de RI de mineradora de Eike	7
Título: Destaques	9
Título: Destaques	9
Título: Andrade Gutierrez prevê triplicar faturamento para R\$ 4,5 bilhões.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: TAG só investirá em expansão se houver demanda	13
Título: Investidor quer menor peso da Petrobrás na BR.....	14
Título: Justiça condena Vale por lama em Brumadinho.....	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Vale tem 1ª condenação por acidente em barragem de Brumadinho	16
VEÍCULO: O Globo	17
Título: ANP: não haverá monopólio privado de gás e refino	17
Título: Vigilância	18
Título: Vale recebe 1ª condenação por danos em Brumadinho	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/07/2019****Seção: Economia****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petroleiras se preparam para elevar exportação com pré-sal**

Com o aumento da produção do pré-sal, as petroleiras se preparam para elevar também as suas exportações. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) estima que os embarques de óleo bruto, para o exterior, podem mais do que triplicar até 2030. Diante desse cenário, as companhias do setor se movimentam em busca de opções logísticas para facilitar o escoamento da produção e, assim, se posicionar estrategicamente num mercado global cada vez mais disputado pelas petroleiras de todo o mundo.

Ao contrário das multinacionais que produzem no país, a Petrobras já não tem mais refinarias no exterior e terá um desafio adicional na busca de mercados para o seu petróleo. Nesse sentido, a estatal inaugurou, em junho, uma tancagem de óleo cru no Porto de Qingdao, na China, com capacidade para armazenar 2 milhões de barris. Com a nova infraestrutura, alugada de terceiros, a companhia conseguirá reduzir prazos de entrega, melhorando sua posição num mercado essencial. A China consome 75% dos 600 mil barris/dia que a estatal exporta.

No Brasil, a Petrobras também tem buscado novas bases logísticas, para além de seus terminais próprios. Em março, assinou contrato com a Açú Petróleo, joint venture entre a Prumo Logística e a alemã Oiltanking, para operações de transbordo no Porto do Açú, em São João da Barra, Norte do Estado do Rio. A Açú Petróleo, aliás, vê no aumento das exportações uma oportunidade e tem planos de construir um terminal para tancagem e tratamento de óleo cru no porto.

Outra empresa que vem se movimentando é a norueguesa Equinor, que também assinou este ano com a Açú Petróleo um contrato de operações "ship to ship" (transferência de petróleo entre navios-tanques atracados no terminal do Açú). A Shell e a portuguesa Galp também possuem contratos do tipo no Açú.

Para o professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Edmar Almeida, a logística de exportação não requer grandes

investimentos em infraestrutura, já que o transbordo é geralmente feito em embarcações, sem necessidade de construção de infraestrutura em terra. Ele comenta, porém, que mudanças estruturais do mercado exigirão um grande esforço comercial.

"A geopolítica do petróleo está mudando de uma geopolítica da oferta, da disputa por acesso a reservas, para o que pode se tornar, no futuro, uma geopolítica da demanda, uma disputa por acesso a mercados. Desde a revolução da indústria de óleo e gás não convencional nos Estados Unidos, todo mundo está buscando exportar para o mesmo lugar: a Ásia", afirma.

Ele cita o movimento da Saudi Aramco, maior produtora do mundo, que tem investido em refinarias, na Ásia, como forma de garantir mercado cativo para sua oferta. "Nesse ambiente acirrado, a Petrobras não poderá ficar dependente de poucos clientes", opina.

Para o também professor da UFRJ e ex-diretor da ANP, Hélder Queiroz, existem ainda outras incertezas sobre o comportamento da demanda no futuro. "Ainda não sabemos em que ritmo se dará a substituição do petróleo, diante da eletrificação da frota de carros no mundo, nem em que cenário de preços esse crescimento da produção brasileira se dará, se confirmado", comenta.

Segundo a ANP, o Brasil tem potencial para exportar entre 4 milhões e 5 milhões de barris/dia de óleo em 2030, o equivalente a 53% a 66% da produção nacional prevista. A média de exportações ultrapassou pela primeira vez, em 2018, o patamar de 1 milhão de barris/dia e mantém a sua trajetória de alta. Em 2019, a média de exportações acumula, até maio, uma alta de 33% na comparação anual, para 1,4 milhão de barris/dia.

Com isso, o Brasil se posicionará cada vez mais como um dos principais exportadores do mundo. A Agência Internacional de Energia (AIE) prevê que o país será, depois dos EUA, o principal responsável por suportar o aumento da demanda mundial até 2024, ajudando a compensar o declínio do Irã e Venezuela.

O aumento das exportações brasileiras será acompanhado de uma maior participação das grandes petroleiras globais no mercado nacional. A tendência é que a estratégia das multinacionais, de exportar suas produções no Brasil, se acentue, já que o mercado interno não é suficiente para absorver toda a produção esperada nos próximos anos.

A pesquisadora da FGV Energia, Fernanda Delgado, defende a necessidade de o Brasil não se expor a uma lógica de exportação pautada somente em óleo cru. Caso contrário, segundo ela, haverá um desbalanceamento da balança

comercial brasileira. "As implicações desse cenário seriam o desequilíbrio da entrada e saída de divisas do país, já que nos tornaríamos grandes exportadores de petróleo cru e importadores de derivados. O ideal é que nos transformássemos em fornecedores de produtos de maior valor agregado, como petroquímicos e derivados", defende.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Venda direta a postos pode ter baixa adesão, diz ANP

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, considera que a venda direta de combustíveis aos postos de abastecimento, medida apoiada recentemente pelo governo, pode ter um efeito limitado em termos de volume. A venda direta, especialmente de etanol por usineiros, tem sido defendida como alternativa para reduzir o preço do combustível ao consumidor final.

Oddone avalia que dificilmente as usinas de grande porte vão querer negociar com os postos individuais, em vez de fechar a venda com as distribuidoras. Segundo ele, o mesmo deve acontecer com as refinarias que produzem gasolina e diesel no país.

A resistência, no caso das refinarias, pode surgir tanto na oferta de volumes fracionados para pequenos postos quanto em assumir a responsabilidade de fazer a mistura do biocombustível com o combustível fóssil produzido. Hoje, a gasolina comercializada nas bombas conta com uma parcela de etanol anidro em sua composição, assim como o diesel também precisa receber biodiesel antes de ser revendido.

Apesar de achar que a liberação da venda direta terá efeitos limitados, Oddone é favorável à medida para acabar com mais uma restrição no mercado brasileiro de combustíveis.

"Hoje, todo produto passa obrigatoriamente por uma distribuidora. Não há a possibilidade de uma refinaria, uma usina ou um importador negociar direto com o posto. Mas a venda direta permite que, quando fizer sentido, for economicamente viável, os agentes econômicos terão a oportunidade de fazer uma transação mais eficiente", afirmou ontem, em audiência pública a Câmara.

Mesmo com as críticas de parlamentares às distribuidoras, o diretor da ANP defendeu o papel deste segmento no mercado de combustíveis. "As distribuidoras têm uma função primordial. Elas fazem a logística de distribuição,

a mistura dos biocombustíveis com os combustíveis fósseis. É um papel relevante que não podemos abrir mão", disse, na Comissão de Minas e Energia.

Oddone admitiu que, embora existam mais de 150 distribuidoras atuando no Brasil, há uma concentração maior desse mercado com três grandes grupos (BR, Raízen e Ipiranga).

No início de junho, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu incluir a venda direta na agenda de abertura do mercado. Na ocasião, o conselho, formado por ministros, deu 180 dias para o Ministério da Economia avaliar as mudanças necessárias no modelo de tributação, já admitindo que o principal entrave à liberação da venda direta - o modelo de recolhimento de impostos - envolve mudança na lei.

Na comissão, Oddone defendeu que o ICMS seja cobrado de maneira mais uniforme pelos Estados para dificultar as fraudes. "Há uma diferença grande entre as alíquotas dos Estados, o que estimula a sonegação. Entre Rio e São Paulo, por exemplo, a diferença é de 20% no ICMS cobrado do etanol".

Ainda sobre o ICMS, o diretor da ANP considera que a melhor forma de cobrança seria com a definição de um valor fixo. Para ele, isso evitaria que a alta e a volatilidade dos preços internacionais sejam sentidas de maneira mais dura pelos consumidores.

Ontem, o diretor da ANP informou que a agência deve lançar um aplicativo, com dados georreferenciados dos postos, para ajudar a fazer a comparação de preços e qualidade dos combustíveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Ferbasa investe para verticalizar a operação até 2021

A Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa) vai investir R\$ 500 milhões nos próximos três anos para reduzir os seus custos e aumentar a escala de produção. O presidente da companhia, Márcio Barros, disse ao **Valor** que a meta da companhia é, até 2021, ter toda a sua produção de ferroliga verticalizada, com extração de minério, geração de energia e fabricação de coque metalúrgico.

"Na produção de coque metalúrgico, estamos em negociação para a formação de joint venture com uma produtora de carvão mineral, insumo do coque. No próximo ano devemos anunciar essa parceria", disse o executivo.

No ano passado, a Ferbasa produziu 263,56 mil toneladas de ferroligas, sendo a maior parte de ligas de cromo e o restante de silício. Esse volume foi 11,6% maior que o apurado em 2017. A liga de cromo é muito usada na produção de aço inox e a de silício é insumo para aços especiais e brutas. "Devemos manter o ritmo de produção de 2018 neste ano. O mercado ainda está aquecido para os nossos produtos", afirmou o executivo.

Outra frente da companhia para melhorar o desempenho operacional é a extração do minério de cromo. O plano da Ferbasa, segundo Barros, é aumentar a produção de concentrado de cromo, em três anos, em cerca de 20 mil toneladas por mês. Atualmente, a companhia produz 42 mil toneladas de concentrado de cromo mensalmente e a meta é chegar a 60 mil a 61 mil toneladas do produto em 2021.

"Hoje, praticamente o que produzimos é usado em nossos altos-fornos. Mas, com o aumento da nossa produção, a meta é exportar o excedente diversificando, dessa forma, o nosso portfólio", disse Barros.

Segundo ele, as exportações de concentrado de cromo da Ferbasa ainda são incipientes. Em 2017, a companhia embarcou 50 mil toneladas e no ano passado, outras 25 mil toneladas. "Exportamos o que não usamos em nossa produção de ferroliga, quando o preço internacional e a demanda compensam. Em 2021, podemos ser exportadores desse insumo."

Hoje, a Ferbasa mantém duas minas, uma a céu aberto, em Campo Formoso e uma subterrânea, em Andorinha, todas na Bahia. O executivo ressaltou que a companhia realiza estudos para aumentar a vida útil de sua mina a céu aberto, que hoje tem reserva para quatro anos, para 10 a 12 anos de produção. Já a mina subterrânea, Barros esclareceu que essa unidade tem uma reserva para exploração por mais 80 anos.

Esse aumento da produção de minério de cromo faz parte do projeto Hard Lump, que conta com a compra de seis separadores do mineral por sensor, equipamento chamado de Raio-X que terá a operação plena em 2021, com a produção de 60 mil a 61 mil toneladas de minério de cromo. "Até agosto, vamos instalar mais dois equipamentos desse tipo. A meta é chegar em 2021 com oito separadores em nossa operação", disse o executivo.

Na produção de liga de silício, Barros acrescentou que a companhia planeja dobrar o volume em três anos. "A meta é chegar a 24 mil toneladas de concentrado de silício em 2021." O executivo acrescentou que a companhia comprou equipamentos de lingotamento para permite refinar melhor o minério e chegar a 88,8% de concentração e perdas de 2,5%. No método atual, o de piscinões, esse beneficiamento atinge 82,8% e as perdas, 3,5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério supera US\$ 120

Os preços do minério de ferro tiveram nova alta ontem, no mercado à vista de Qingdao. A tonelada com teor de pureza de 62% fechou cotada a US\$ 121,57, com alta de 2,69%. No mês, a valorização acumulada é de 2,62% e, no ano, de 67,15%. Na segunda-feira, a agência de classificação de risco S&P Global Rating divulgou, segundo a "Dow Jones", que os preços da commodity devem permanecer elevados até o fim de 2021, em consequência do rompimento da barragem de Brumadinho (MG). A S&P elevou as projeções para a tonelada de US\$ 75 para US\$ 90, neste ano, de US\$ 70 para US\$ 80, em 2020, e de US\$ 65 para US\$ 70, em 2021. Segundo a "Fastmarkets MB", a Associação de Ferro & Aço da China (Cisa) convocou, no mês passado, reunião de siderúrgicas para discutir os preços dos minério de ferro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CVM absolve ex-diretor de RI de mineradora de Eike

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu o ex-diretor de relações com investidores da MMX, Ricardo Furquim Werneck Guimarães, em julgamento ontem. O executivo foi acusado por não ter divulgado fato relevante para comunicar decisão em procedimento arbitral envolvendo a controlada MMX Sudeste. A MMX, atualmente em recuperação judicial, ainda é controlada pelo empresário Eike Batista.

A MMX Sudeste teve seus ativos vendidos para um consórcio formado por Trafigura e Mubadala - os principais eram o Porto Sudeste e as minas de Serra

Azul, no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Em 2012, a empresa contratou a fornecedora Outotec para aquisição de 17 filtros que seriam utilizados no processamento de minério de ferro. No entanto, o contrato foi rescindido antes de todos os equipamentos serem entregues, o que deu início à arbitragem. A MMX Sudeste pedia de volta os valores adiantados, enquanto a Outotec queria indenização pelo não cumprimento do contrato.

A CVM recebeu reclamação de investidor depois de reportagem publicada em um portal de notícias de mineração em 2016. Nela, foi relatado que um tribunal arbitral decidiu parcialmente em favor da Outotec, reconhecendo que a mineradora havia rompido o contrato de forma ilegal. A MMX foi condenada a pagar R\$ 29 milhões à Outotec, e o investidor questionou a CVM se a companhia não deveria ter feito um esclarecimento ou publicado fato relevante para comunicar a decisão.

A Superintendência de Relações com Empresas (SEP) entendeu que a decisão arbitral tinha um impacto relevante para a empresa, mesmo que significasse um desembolso adicional de R\$ 1,2 milhão para a MMX Sudeste. Para a acusação, a divulgação de informações sobre a decisão arbitral nas demonstrações financeiras de 2015, em março do ano seguinte, não foi oportuna. O entendimento da área técnica foi de que ocorreu dois meses depois de ter sido publicada na imprensa e não atendeu às "necessidades informacionais do mercado".

Apesar da visão da acusação, no colegiado a absolvição do ex-diretor no julgamento foi unânime. O diretor relator do caso, Gustavo Gonzalez, entendeu que a informação era relevante, mas não seria razoável imputar responsabilidade ao executivo.

"Tendo em vista se tratar de juízo complexo e altamente subjetivo, entendo que decisões razoáveis e abalizadas, não devem ser censuradas, ainda que venhamos a delas discordar, principalmente quando consistentes com o padrão de divulgação da companhia", afirmou em seu voto. O diretor também considerou que o impacto financeiro não foi grande, e a existência de outros processos envolvendo a MMX com valores maiores, por exemplo, em linha com os argumentos da defesa.

Apesar da absolvição, o relator ponderou que mesmo diante da conclusão de que não havia informação relevante, após a publicação da notícia o diretor de RI da MMX deveria ter feito alguma divulgação para esclarecer as informações veiculadas. Gonzalez lembrou que o diretor de relações com investidores deve atuar preventivamente, impedindo que informações incorretas sejam tidas como verdadeiras, mesmo quando divulgadas por terceiros, citando o ex-diretor da CVM, Pedro Marcílio.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/07/2019****Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques**

Petrobras recompra bônus

A Petrobras recomprou € 222,4 milhões em quatro bônus externos e mais 252,512 milhões de libras esterlinas em outros três títulos. Essa recompra faz parte de uma oferta mais ampla, limitada a US\$ 3 bilhões. A segunda etapa, no sistema waterfall (nível de prioridade), começa agora e tem prazo até 29 de julho. Há um prazo de adesão antecipada, em 15 de julho. Quem aderir até essa data receberá um prêmio de US\$ 30 a cada US\$ 1 mil recomprado. As ofertas são conduzidas por BB Securities, BofA Securities, Bradesco BBI, Credit Suisse Securities, J.P. Morgan Securities e Scotia Capital. **(Álvaro Campos)**

GP vende ação da Magnesita

A GP Investments vendeu 2,157 milhões de ações ordinárias da RHI Magnesita, que representam aproximadamente 4,36% do capital da companhia. As ações foram vendidas a 46 libras esterlinas cada, o que significa que a operação movimentou 99,212 milhões de libras (R\$ 455,9 milhões com o câmbio atual). Após a transação, a GP ainda terá aproximadamente 4,36% do capital da RHI Magnesita. A RHI Magnesita deixou de ser listada no Brasil e teve seu registro de companhia aberta cancelado pela CVM no início deste ano. A companhia é listada em Londres. **(Álvaro Campos)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/07/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Vale é condenada em MG

A Vale foi condenada pela Justiça do Estado de Minas Gerais a reparar todos os danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do

Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro. A decisão foi do juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, Elton Pupo Nogueira. A decisão não determina valor a ser pago pela mineradora, porque, segundo o juiz, as consequências da tragédia ainda não são passíveis de quantificação somente por critérios técnico-científicos. O valor de R\$ 11 bilhões foi mantido bloqueado, mas foi autorizado que a metade desse montante seja substituída por outras garantias financeiras como fiança bancária ou investimento à disposição do juízo. A Vale queria a substituição integral desse bloqueio em espécie. Além disso, o juiz indeferiu pedidos de suspensão das atividades ou intervenção judicial na empresa. A Vale informou que possui "compromisso total" com a reparação de forma "célere e justa" dos danos causados pelo rompimento da barragem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Francisco Góes | Do Rio

Título: Andrade Gutierrez prevê triplicar faturamento para R\$ 4,5 bilhões

Depois ser atingida em cheio pela recessão econômica e os desdobramentos da Lava-Jato, a construtora Andrade Gutierrez, um dos principais grupos familiares do país, mostra os primeiros sinais de recuperação. O braço de engenharia do grupo, a Andrade Gutierrez Engenharia (AGE), principal negócio do conglomerado, prevê faturar R\$ 4,5 bilhões em 2019, quase três vezes mais que o R\$ 1,7 bilhão do ano passado, porém praticamente metade do faturado em 2013. Se confirmado, será o melhor resultado da companhia desde que entrou no turbilhão da Lava-Jato, em junho de 2015, com a prisão do então presidente da holding, Otávio Marques de Azevedo.

A "virada" da construtora é baseada em uma reestruturação interna que levou, por sua vez, a uma mudança no modelo de negócios. A área de engenharia passou a ter 100% dos contratos em carteira no Brasil com empresas privadas. O setor público, maior cliente do grupo no passado, hoje se restringe somente a negócios no exterior, como em Angola, por exemplo (*ver a reportagem Grupo opera sem BNDES no exterior*).

As mudanças na governança, com a instituição de uma diretoria de compliance, subordinada diretamente ao conselho de administração, e a criação de comitês para selecionar os melhores projetos do ponto de vista de retorno para a empresa, contribuíram para formar uma carteira robusta ainda em meio a um cenário econômico incerto no país.

A carteira atual de projetos (backlog) da empresa é de R\$ 10,9 bilhões, dos quais R\$ 8,3 bilhões conquistados nos últimos 30 meses. Nela estão empreendimentos de geração e transmissão de energia, refino, rodovias e mineração, entre outros. Entre os principais projetos estão um conjunto de linhas de transmissão da Equatorial Energia - o maior contrato da empresa hoje, no valor de R\$ 3,1 bilhões - e duas termelétricas da Gás Natural do Açu (GNA, consórcio formado pela Siemens, BP e Prumo), no porto do Açu, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, além de uma refinaria e uma térmica na Argentina.

Só em 2019 foram firmados R\$ 1,8 bilhão em novos contratos. Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da AGE, Gustavo Coutinho, a meta é fechar este ano com R\$ 7 bilhões em novos contratos. "Temos uma meta ambiciosa de contratação", disse.

No radar da empresa, estão projetos de infraestrutura com potencial de contratação de R\$ 30 bilhões. A companhia tem dedicado especial atenção aos leilões de concessões de infraestrutura do governo, entre eles os de ferrovias. Nesse caso, porém, o grupo não pretende participar diretamente disputando as concessões, mas negociar contratos de prestação de serviço para os vencedores das licitações.

O **Valor** também apurou que a Andrade Gutierrez chegou a discutir uma parceria com a Power China para desenvolver um projeto de infraestrutura no Brasil. A parceria, porém, não avançou. A negociação acabou gerando um rumor no mercado de que a própria construtora estaria à venda para o grupo chinês, algo que, na verdade, nunca foi cogitado, segundo fontes. Questionada sobre o assunto, a Andrade Gutierrez não comenta.

Todos os projetos de infraestrutura no mercado são estudados a fundo pelo comitê de contratação da construtora. Nele, são analisados o nível de governança e a nota de crédito dos potenciais contratantes, bem como o modelo de financiamento. "Um dos pré-requisitos é que a obra tenha capital de giro neutro ou positivo desde o começo. No passado, acabávamos financiando o cliente. Usávamos capital de giro, ficávamos com fluxo negativo no projeto para ir recebendo na frente", explicou Coutinho.

Outra mudança em relação ao passado está na proposta apresentada. Antes da Lava-Jato, a companhia oferecia ao cliente público o menor preço para vencer a concorrência, já contando com aditivos contratuais futuros. Voltada agora para clientes privados, a construtora precisa convencê-los de que tem não só o menor preço, mas o serviço mais eficiente e de melhor qualidade.

Esse novo modelo tem se mostrado bem-sucedido. A previsão de faturamento para este ano - de R\$ 4,5 bilhões - inclui uma receita líquida contábil estimada

de R\$ 3,299 bilhões (ante R\$ 1,443 bilhão em 2018) e um faturamento direto de R\$ 1,191 bilhão (contra R\$ 305 milhões em 2018). Muito comum em negócios de construção, o faturamento direto se dá quando a contratada assume a responsabilidade sobre o preço e a gestão dos insumos contratados perante o cliente, sendo remunerada por isso, porém o contrato é realizado em nome da contratante e quitado diretamente por esta.

A AGE também prevê um crescimento do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 10 milhões, em 2018, para R\$ 593 milhões no fim deste ano. Com dívida líquida da ordem de R\$ 1 bilhão, o nível de endividamento, que fechou em 2,9 vezes a dívida líquida/Ebitda em junho deste ano, deve recuar para 1,5 vez no fim de dezembro.

Os sinais de recuperação, porém, não escondem o preço alto que o grupo teve que pagar por ter se envolvido na Lava-Jato. Além de um impacto na imagem, a empresa sentiu no bolso os efeitos das investigações que revelaram um esquema de corrupção envolvendo grandes empreiteiras e estatais.

Desde 2016, a Andrade Gutierrez firmou acordos de leniência com o Ministério Público Federal (MPF), Advocacia Geral da União (AGU) e Controladoria-Geral da União (CGU), no valor de R\$ 1,5 bilhão. Também foram firmados dez acordos com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), somando R\$ 130 milhões. Até agora, a empresa já desembolsou R\$ 1,1 bilhão relativo a esses acordos e a autuações feitas pela Receita Federal.

Para fazer frente aos pagamentos e evitar um colapso financeiro, o grupo levantou R\$ 1,7 bilhão em venda de ativos. Entre os negócios dos quais se desfez, estão participações na elétrica mineira Cemig, na companhia de saneamento do Paraná (Sanepar) e na parceria público-privada (PPP) também de saneamento São Lourenço. A empresa também saiu do negócio de dessalinização no Peru e de duas concessões rodoviárias em Portugal.

Para os próximos anos, o diretor se diz otimista, apesar das revisões para baixo do crescimento do PIB do país em 2019 e 2020. "Toda a saída da crise passa por investimentos em infraestrutura. A velocidade dos projetos é que talvez não ocorra tão rapidamente quanto nós queremos. Mas a quantidade de projetos que temos visto tem aumentado bastante", completou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/07/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes Mônica Ciarelli****Título: TAG só investirá em expansão se houver demanda**

Energia. Transportadora de gás privatizada há menos de um mês volta a negociar com Petrobrás, após acordo da estatal com o Cade, que prevê ocupação de gasoduto por concorrentes; se lei mudar, controladora Engie avalia avançar em distribuição de gás natural

Ao mesmo tempo em que se adapta ao cargo de presidente da TAG, que assumiu há menos de um mês, Gustavo Labanca tem encarado vários desafios simultâneos. Entre eles, fazer da transportadora uma peça relevante no mercado de gás, bem como dar uma personalidade própria à empresa, criada quando a francesa Engie e o fundo de investimento canadense CDPQ adquiriram a TAG da Petrobrás. Hoje, funcionários da estatal e terceirizados, cada com sua cultura de trabalho, dividem o escritório do Flamengo, zona sul do Rio, num processo de transição que deve durar até o fim do ano. Na área operacional, o laço com a estatal só deve ser rompido em 2022, quando os novos sócios vão assumir definitivamente os gasodutos. Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, Labanca afirmou que, além de dar peso à TAG no setor, num horizonte de cinco anos, o desafio é trazer novos clientes à rede de transporte de gás.

“O que a gente está querendo fazer aqui é uma transportadora de gás brasileira”, disse. A venda da TAG foi concluída em abril, mas só saiu do papel, de fato, no fim de junho, após o Supremo Tribunal Federal (STF) definir que a estatal não precisa submeter a venda de subsidiárias ao Congresso. “Foram meses de indefinição, mas no final tivemos o melhor cenário possível, porque temos uma transação com validação da Suprema Corte”, disse ele. De volta à mesa. Nos próximos dias, a empresa vai voltar a negociar com a Petrobrás. Dessa vez, sobre a ocupação do gasoduto que a estatal deve liberar a concorrentes para cumprir o acordo firmado na última terça-feira com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A petroleira se comprometeu a se desfazer de ativos até o fim de 2021 e assim abrir espaço no setor de gás à competição.

Um dos compromissos é sair totalmente do transporte de gás, o que significa que terá de vender os 10% de participação que manteve na TAG, assim como em outras duas transportadoras de gás – a NTS e o Gasoduto Bolívia- Brasil (Gasbol). A aquisição da fatia da estatal no negócio interessa aos novos sócios. “Obviamente, não posso falar pelos acionistas. Mas como presidente posso dizer que vamos avaliar com carinho a oportunidade”, disse Labanca. “Para

quem tem 90%, ter 100% do ativo faz todo sentido.” Segundo ele, se as condições forem as mesmas, a aquisição será “um bom negócio”. Sobre um possível interesse no Gasbol, ele diz que “agora não é a hora”. As sócias também terão de discutir, nos próximos dias, a transferência de parte da ocupação do gasoduto a terceiros.

A Petrobrás paga por 100% da ocupação da rede, mas não utiliza todo esse espaço. Pelo acordo com o Cade, o que está livre deve ser oferecido a concorrentes. Falta definir, porém, o volume e quanto ele vale. “O importante é que os contratos sejam respeitados porque todo investimento na TAG foi baseado nos contratos vigentes com a Petrobrás.” A avaliação de Ricardo Martinez, sócio do escritório de advocacia Vieira Rezende, é que o acordo da Petrobrás com o Cade não deve afetar os contratos com a TAG. “Para desocupar os gasodutos, a Petrobrás vai ter de negociar. Utilizando ou não a rede, a estatal tem obrigação de remunerar a TAG”, afirma. Segundo Labanca, quanto mais usuários, menor a conta para cada um deles. Na prática, se o gasoduto for aberto a novos clientes, mas a capacidade for mantida, a receita da TAG se manterá a mesma. “A única maneira de ter receita adicional é com novos investimentos.”

Mas, por ora, não há plano de expansão. O projeto é gastar R\$ 210 milhões na segurança da operação em três anos. Investimentos em uma nova rede de dutos só virão se houve demanda que justifique o investimento de longo prazo. Sozinha, a Petrobrás garante à TAG receita até 2031. A Engie avalia avançar pelo negócio de gás, desde que seja na área de infraestrutura, com rendimentos seguros e previsíveis. Nessa linha, uma opção é o segmento de distribuição de gás. Para isso, porém, é preciso que a regulamentação atual seja alterada. Hoje, a atividade é fechada às empresas que participam de outras concessões públicas. Outra alternativa é a estocagem do combustível, atividade ainda incipiente no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/07/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Investidor quer menor peso da Petrobrás na BR

Coluna do Broadcast

Investidores querem que a Petrobrás abra mão de mais uma vaga no conselho de administração da BR Distribuidora, de quatro para três cadeiras. O pleito tem sido feito nos roadshows, reuniões com potenciais investidores para a oferta subsequente de ações (follow on) pela qual a petroleira reduzirá sua fatia para

até 37,5%, em uma operação que poderá superar os R\$ 9 bilhões. Na recente mudança de seu estatuto social, a BR mudou as regras para a formação do conselho, passando a prever nove cadeiras, em vez de dez. Além disso, estabeleceu-se que 50% dos membros devem ser conselheiros independentes. Após a oferta, a BR Distribuidora vai chamar uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar da recomposição do conselho. Procurada, a Petrobrás não comentou o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/07/2019

Seção: Metrópole

Autor: Luiz Vassallo Fausto Macedo

Título: Justiça condena Vale por lama em Brumadinho

Na primeira condenação do caso, juiz determinou que mineradora repare danos causados por acidente em barragem

O juiz da 6.^a Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, Elton Pupo Nogueira, condenou a mineradora Vale a reparar todos os danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro. A tragédia deixou 248 mortos e 22 desaparecidos, além de danos ambientais.

O magistrado não fixou o valor que a mineradora deve pagar já que, segundo ele, as consequências da tragédia ainda não são passíveis de quantificação somente por critérios técnico-científicos. Segundo ele, a definição do valor "não se limita às mortes decorrentes do evento, pois afeta também o meio ambiente local e regional, além da atividade econômica exercida nas regiões atingidas".

O valor de R\$ 11 bilhões foi mantido bloqueado e a Justiça autorizou que metade dele seja substituída por outras garantias financeiras, como fiança bancária ou investimento à disposição do juízo. A Vale queria a substituição integral desse bloqueio em espécie, mas o juiz Elton Pupo argumentou que a empresa teve lucro, em 2018, de R\$ 25 bilhões e o valor bloqueado equivale à metade de apenas um ano de atividade e não impede o desempenho econômico da mineradora.

O juiz recusou pedidos de suspensão das atividades ou intervenção judicial na empresa. Para ele, há garantias suficientes para ressarcir todos os danos e, apesar da gravidade dos fatos, "não há demonstração de que atividades desempenhadas pela empresa não estejam cumprindo normas legais e administrativas" impostas pelos órgãos competentes.

A Vale, em sua defesa, não negou a responsabilidade em relação aos danos causados pelo rompimento da barragem e relatou a existência de um amplo estudo para diagnosticar todos os impactos decorrentes do desastre.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/07/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Vale tem 1ª condenação por acidente em barragem de Brumadinho

A Justiça Estadual de Minas Gerais condenou a mineradora Vale a reparar prejuízos causados pelo rompimento em janeiro deste ano da barragem de rejeitos da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

O desastre, considerado um dos mais trágicos da história da mineração brasileira, deixou 247 mortos e 23 desaparecidos, em um total de 270 vítimas.

Esta é a primeira condenação da mineradora relacionada à tragédia.

A decisão foi proferida nesta terça-feira (9) pelo juiz Elton Pupo Nogueira, da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias.

Na decisão, o magistrado condenou a Vale a reparar os prejuízos provocados pela tragédia.

Contudo, ele não definiu um valor a ser pago pela mineradora, por considerar que as consequências do incidente ainda não são passíveis de serem quantificadas.

“[A definição do valor] não se limita às mortes decorrentes do evento, pois afeta também o meio ambiente local e regional, além da atividade econômica exercida nas regiões atingidas”, escreveu o magistrado.

O rompimento da barragem despejou 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério na região, atingindo casas, fazendas, animais, além de atingir o rio Paraopeba.

A decisão da Justiça também manteve o bloqueio de R\$ 11 bilhões da Vale que já havia sido determinado no início do ano, mas permitiu que metade desse valor pudesse ser substituído por outras garantias financeiras, como fiança bancária ou investimento.

A Vale havia pleiteado que 100% do bloqueio fosse realizado por meio de outras garantias financeiras, mas o juiz indeferiu o pedido afirmando que a mineradora

lucrou cerca de R\$ 25 bilhões apenas no ano passado e que o bloqueio em dinheiro não prejudica seu desempenho econômico.

O magistrado ainda indeferiu pedidos de suspensão das atividades e de intervenção judicial na empresa.

Ele considerou que, apesar da gravidade do episódio, a Vale tem cooperado com a Justiça e que há garantias suficientes para ressarcir todos os danos.

Procurada pela reportagem, a mineradora Vale não comentou a decisão da Justiça.

Na semana passada, a CPI de Brumadinho, no Senado, recomendou o indiciamento de 14 pessoas e de duas empresas pelo acidente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/07/2019

Seção: Economia

Autor: RENATA VIEIRA

Título: ANP: não haverá monopólio privado de gás e refino

Saída da Petrobras dos setores atrairá capital, diz diretor da agência em sabatina na Câmara

O diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse ontem que a saída da Petrobras dos mercados de refino e de gás natural não vai gerar monopólios privados nesses setores. Oddone foi sabatinado por deputados na Câmara após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovar, na segunda-feira, um acordo proposto pela Petrobras para encerrar investigações sobre condutas anticoncorrência no mercado de gás.

— A forma como a Petrobras vai desinvestir seus ativos não pode criar monopólios privados. Não vejo possibilidade de desnacionalização, vejo possibilidade de atração de capital — afirmou Oddone.

Segundo ele, o monopólio da Petrobras privou o país de investimentos, e o declínio de campos de produção, como o da Bacia de Campos, exemplifica essa estagnação.

Oddone disse ainda que as mudanças terão impacto de R\$ 1,7 trilhão em emprego, renda e investimentos até 2030, a maior parte no Estado do Rio. Segundo a ANP, a produção de barris de petróleo saltará de 2,6 milhões por dia,

hoje, para 7,5 milhões. E a arrecadação com os contratos com novas empresas chegaria a R\$ 5,6 trilhões até 2054.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/07/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Vigilância

Opinião do Globo

PAÍS EM que a presença do Estado na vida das pessoas físicas e jurídicas é histórica, o Brasil tem grande dificuldade em enfrentar monopólios estatais.

A PETROBRAS é um exemplo: tendo perdido formalmente o controle das áreas de petróleo e gás em 1995, somente agora, em 2019, a estatal oficializa sua retirada deste último setor, em entendimento assinado com o Cade.

MENOS MAL, porém esta batida em retirada, da qual depende uma substancial queda do preço do gás, precisa ser acompanhada de perto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/07/2019

Seção: O País

Autor: RAYANDERSON GUERRA

Título: Vale recebe 1ª condenação por danos em Brumadinho

Justiça de MG manteve bloqueio de R\$ 11 bilhões da mineradora por rompimento de barragem, mas negou intervenção judicial

Pela primeira vez, a Vale foi condenada a reparar os danos causados pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), ocorrida em janeiro deste ano. O juiz Elton Pupo Nogueira, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), manteve o bloqueio de R\$ 11 bilhões, que já havia sido imposto à empresa e negou pedidos de suspensão das atividades ou intervenção judicial na Vale.

SEM VALOR DEFINIDO

A Justiça não fixou o valor que a mineradora deve pagar. Segundo o juiz Elton Pupo, as consequências da tragédia ainda não são passíveis de quantificação somente por critérios técnico- científicos. Segundo ele, a definição do valor “não se limita às mortes decorrentes do evento, pois afeta também o meio ambiente

local e regional, além da atividade econômica exercida nas regiões atingidas”. O magistrado manteve o bloqueio de R\$ 11 bilhões e autorizou que metade do valor seja substituído por outras garantias financeiras, como fiança bancária ou investimento à disposição do juízo.

A Vale queria a substituição integral desse bloqueio em espécie, mas o juiz Elton Pupo argumentou que a empresa teve lucro, em 2018, de R\$ 25 bilhões e que o valor bloqueado equivale à metade de apenas um ano de atividade, o que não impede o desempenho econômico da mineradora. O juiz, no entanto, negou os pedidos de suspensão das atividades da empresa ou intervenção judicial. Ele argumenta que há garantias suficientes para ressarcir todos os danos e, apesar da gravidade dos fatos, “não há demonstração de que atividades desempenhadas pela empresa não estejam cumprindo normas legais e administrativas” impostas pelos órgãos competentes.

CITAÇÃO AO PAPA

Na decisão de condenar a empresa, o juiz cita uma oração divulgada pelo Papa Francisco, em julho: “Quando o meio social é afetado pela pobreza, fome e sofrimento, aqueles cuja profissão é defender e garantir a justiça tornam-se indispensáveis, trabalhando para impedir que essas condições criem terreno fértil para a ilegalidade”. Em sua defesa, a Vale não negou responsabilidade pelos danos e relatou a existência de um amplo estudo para diagnosticar todos os impactos decorrentes do desastre.

O rompimento da barragem em janeiro, segundo informações do Corpo de Bombeiros, matou 247 pessoas e outras 23 ainda estão desaparecidas, totalizando 270 vítimas. Além disso, os quase 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério que despencaram com o rompimento atingiram animais silvestres, domésticos e de fazendas, chegando ao Rio Paraopeba, que percorre várias cidades mineiras e no qual havia captação de água para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

MME / ASCOM .